



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

VOTO-VISTA Nº 20/2015

INQUÉRITO POLICIAL Nº 0002486-91.2013.4.03.6107 (0168/2013)

ORIGEM: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE ARAÇATUBA/SP

PROCURADOR OFICIANTE: PAULO DE TARSO GARCIA ASTOLPHI

RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

VOTO-VISTA: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

MATÉRIA: Voto-Vista. Inquérito Policial instaurado para apurar a prática dos crimes de contrabando, de posse de munição de uso permitido e de exploração não autorizada de telecomunicação. CP, art. 334, Lei nº 10.826/03 e Lei nº 9.472/97, art. 183. 1) Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). Arquivamento deferido pelo Juízo de origem em relação ao crime de contrabando. Serviço de radiodifusão prestado com transmissores de baixa potência (entre 0,5 e 1,5 Watts). Bem jurídico tutelado pela norma – a segurança dos meios de telecomunicações – não sofreu qualquer espécie de lesão, ou ameaça de lesão, que mereça a intervenção do Direito Penal. Conduta minimamente ofensiva. Atipicidade do fato. Incidência do princípio da insignificância. Precedente do STF (HC nº 115.729/BA). Ausência de justa causa para prosseguir na persecução penal. Homologação do arquivamento. 2) Suposta prática do crime de posse irregular de munições. Lei nº 10.826/2003, art. 12. Revisão do declínio de atribuições (Enunciado nº 33 da 2ª CCR). Transnacionalidade do delito não comprovada nos autos. Ausência de indícios quanto à eventual conexão com a prática de crime de competência da Justiça Federal. Inexistência de lesão direta a bens, serviços e interesse da União. Ausência de atribuição do *Parquet* Federal para persecução penal. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.

HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO
E DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Pedi vista dos autos para melhor conhecimento da matéria.

Acompanho a em. Relatora e voto pela insistência no arquivamento quanto ao crime de exploração não autorizada de atividade de telecomunicação (Lei nº 9.472/97, art. 183) e pela homologação do declínio de atribuições no tocante ao crime de posse irregular de munições, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo membro do *Parquet* Federal oficiante, às fls. 171/175.

Devolvam-se os autos à origem para remessa ao Ministério Público Estadual, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2015.

José Bonifácio Borges de Andrada
Subprocurador-Geral da República
Coordenador – 2ª CCR

/LC.